

## Governo mira em servidores públicos

A Proposta de Emenda à Constituição PEC 006/2019 (reforma da Previdência), defendida pelo governo Bolsonaro ataca os direitos de todos os trabalhadores, mas tem como alvo principal os servidores públicos que terão um aumento da contribuição em até 22% do valor dos seus vencimentos.

Como justificativa o ministro Paulo Guedes - representante dos banqueiros - diz que os servidores contribuem pouco (hoje, a contribuição é de 11% sobre o salário bruto) e há um déficit nas contas da Previdência que teria sido provocado pela categoria.

Segundo cálculos feitos pelos professores de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Denise Gentil e Ary Barradas, ao contrário do que o governo diz, os servidores públicos pagam muito para se aposentar.

Basta lembrar que a partir da Emenda Constitucional nº 3 de 1993, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, os servidores passaram a contribuir para o regime próprio, o RPPS. O parágrafo 6º da EC diz: “As aposentadorias e pensões dos servi-



dores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei”, sem esquecer que a partir dessa data, diferente do trabalhador urbano do setor privado, os servidores e os dependentes dos pensionistas continuam contribuindo com a Previdência, mesmo após passarem a receber o benefício.

“Nós não podemos aceitar que mais uma vez a culpa seja jogada em cima dos servidores públicos. O governo precisa cobrar dos sonegadores e retirar privilégios das cúpulas do judiciário e legislativo e não retirar direitos dos trabalhadores. Isso nós não aceitaremos”, disse Rai-

mundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Aumentar a alíquota de contribuição é confisco de salário e como tal é inconstitucional. Os servidores precisam estar atentos e mobilizados para impedir a aprovação de mais essa maldade contra os servidores públicos.

“A Condsef/Fenadsef está atenta e dialogando com deputados e senadores para que a força das mobilizações e o recado da greve geral do dia 14 de junho ecoem no Congresso Nacional”, disse Valter Cezar Figueiredo, diretor da Condsef/Fenadsef e secretário de Comunicação do Sindsep/MA

Com informações: [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)



### REUNIÃO DA DIRETORIA

Gestão 2019/2022

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, nos termos do artigo 45, b, do Estatuto, convoca todos os Membros da Diretoria, Secretarias Específicas e Regionais, para participarem da elaboração do Planejamento Estratégico a ser realizada nos dias 04, 05 e 06 de julho de 2019, nas dependências do Hotel Praia Mar, situado à Avenida São Marcos, Quadra Comercial, 04 - Ponta D'Areia, São Luís (MA), CEP 65073-310, com início previsto para às 14:00h.

São Luís-MA, 25 de junho de 2019.

Raimundo Pereira de Souza,  
Presidente.



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

## Discussão de relatório segue na Comissão Especial

Proposta do governo para servidores federais é aumentar tempo de contribuição para 40 anos mais idade mínima e subir alíquota em até 22% de seus vencimentos

A Comissão Especial da reforma da Previdência segue em debate sobre relatório apresentado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Caso as discussões se encerrem, o texto substitutivo pode ser votado ainda nesta terça-feira, 25. Defensores das aposentadorias pedem mais tempo para informar a população sobre as alterações que a PEC 6 pode impor ao futuro dos cidadãos. Pesquisa do Datafolha aponta que mais da metade dos brasileiros são contrários à reforma e apenas 17% das pessoas se dizem bem informadas sobre a proposta de Paulo Guedes.

Os servidores federais, que hoje já contribuem mais com a Previdência do que os trabalhadores da iniciativa privada, e que já passaram por diversas reformas no passado que equipararam suas aposentadorias com o teto do regime geral,

estão na mira do governo e de seus planos de privatizações em massa.

Acusados de privilegiados por ter a estabilidade necessária para exercício de funções de fiscalização de governantes, os servidores da União podem ter aumento da alíquota de contribuição de até 22%. Em entrevista para a CUT Brasil, a economista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Denise Gentil avalia a taxa como confisco.

"Desde 1998 muita coisa mudou nas regras da Previdência e houve uma redução do valor das aposentadorias dos servidores. Há sete anos que vem caindo o déficit na Previdência da categoria", explica. Para além do aumento da alíquota, os servidores ainda podem ter aumento da idade mínima e do tempo de contribuição. Pela proposta da PEC 6, servi-

dores deveriam contribuir 40 anos para ter direito à aposentadoria integral. Estados e municípios foram retiradas do substitutivo do relator.

O discurso de "combate a privilégios" do governo é falho, assim como também é metirosa a afirmação de "necessidade de correção do déficit previdenciário". Usada à exaustão pela legalidade da Desvinculação de Receitas da União (DRU) durante anos, a Previdência Social sempre conseguiu se sustentar. Com ricos acúmulos, é visada por empresários e banqueiros sedentos pelo lucro em cima do sofrimento dos brasileiros. "Ela é o grande patrimônio do povo brasileiro e não pode ser desconstitucionalizada. Sua preservação é nossa maior luta atual", afirma Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Condsef/Fenadsef